

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *"Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dezoito da Décima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Notificação nº 10739.2026, do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho – Campo Grande; Ofício nº 39/2026, do Poder Executivo; E-mail de Kaio Ramos. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Caravina, Gleice Jane, Professor Rinaldo e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro, Coronel David, Zé Teixeira e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. Ausências justificadas dos deputados Lucas de Lima e Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 129/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 280/2025, de autoria do deputado Jamilson Name. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao prefeito municipal de Ponta Porã e à secretária municipal de Governo e Comunicação, pela inauguração do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã e do Centro de Cultura, Empreendedorismo, Inovação e Memória do Tereré; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Escola Municipal Neil Fioravanti – Caic, do município de Dourados-MS, pela celebração de seus 30 anos de fundação, comemorados em 10 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos sargentos BM José Henrique Lopes Alves e Antônio da Matta Ramon e ao soldado BM Jean Carlos Panussi, integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul – Unidade de Naviraí, pela atuação rápida, técnica e exemplar no salvamento de um recém-nascido de apenas 23 dias de vida, ocorrido no dia 13 de fevereiro do corrente ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos policiais militares*

*do 12º Batalhão da Polícia Militar de Naviraí (BPM – Capitão José Marques Filho); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário senhor Nivaldo Marques da Silva, proprietário da empresa Versátil Camiseteria, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e apoio a ações sociais esportivas nesta Capital; requerimento, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Gerson Claro e Zeca do PT, solicitando que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, o diploma de ilustre visitante ao Excelentíssimo Senhor Santiago Peña Palácios, presidente do Paraguai, que estará na cidade de Campo Grande para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens - COP15/CMS; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, Coronel David, Mara Caseiro, Caravina, Lia Nogueira e Zé Teixeira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezenove de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas e todos os presentes a esta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 24 de março de 2026: Mensagem nº 2/2026, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a revisão anual do vencimento-base do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 635/2026); Ofícios nºs 57.017, 57.035, 57.047, 57.050, 57.062, 57.068, 57.074, 57.077, 57.133, 57.235, 57.244, 57.248, 57.251, 57.254, 57.485, 57.488 e 57.494/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Junior Mochi, Jamilson Name, Caravina, Marcio Fernandes, Neno Razuk, Paulo Duarte, Antonio Vaz e Renato Câmara; Ofício nº 16.174/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 028/2026); Ofício nº 3.098/2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 124/2026); Carta nº 293/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 127/2026); E-mail do Ricardo Guedes Kumm, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 446/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de fazer um convite especial para a população, aos senhores deputados, especialmente aos atletas Paulo Duarte, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, para o lançamento oficial da 4ª edição da Corrida dos Poderes que acontecerá no dia 29 de março de 2026, e irá promover integração, saúde e bem-estar por meio da prática esportiva, além de divulgar a programação principal da corrida. A iniciativa reúne às instituições como os Poderes Executivo e Judiciário,

o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa e parceiros. O horário do lançamento será às 16 horas e 30 minutos na Concha Acústica Helena Meirelles, no Parque das Nações Indígenas. Haverá um treino aberto ao público, com caminhada de três quilômetros, corrida de 5 quilômetros puxada pelo deputado Paulo Corrêa, show musical com Guga Borba e Banda, espaço com área kids, sorteios de brindes. O prazo de inscrição será divulgado em breve. Na última edição nós tivemos quatro mil e duzentos inscritos e esse ano haverá treino em cinco cidades do interior. Peço que o pessoal da imprensa e da mídia da Casa façam a divulgação. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Não está presente. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação encaminhada à pesquisadora Mariana de Aragão Pereira, pela nomeação ao cargo de chefe-geral da Unidade de Gado de Corte da Embrapa, após o processo de seleção pública. Era só o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei que institui a rota turística "Estrada Parque Palmeiras, Piraputanga e Camisão", no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º. Fica instituída a rota turística Estrada Parque Palmeiras, Piraputanga e Camisão, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das atividades turísticas e a preservação ambiental nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º. O eixo central da rota turística compreende o trajeto da rodovia MS-450, no trecho que conecta os distritos de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti, e os distritos de Piraputanga e Camisão, no município de Aquidauana. Artigo 3º. A estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos consubstanciados na rota atenderam aos seguintes objetivos: a integração turística do Estado de Mato Grosso do Sul; o desenvolvimento sustentável do potencial turístico regional; o fomento de eventos competitivos ou de lazer de atividades desportivas na natureza como trilhas, corridas, ciclismo, canoagem, arvorismo, entre outras; o fortalecimento, ampliação e desenvolvimento da produção local nas áreas turísticas, cultural e gastronômica; a implantação de mecanismos de educação ambiental e incentivo aos empreendimentos turísticos e o incentivo à organização produtiva das comunidades locais relacionadas ao turismo, ao artesanato e à geração de novas fontes de emprego e renda. Seguem aqui os demais artigos, lembrando que estão incluídos no dispositivo dos atrativos turísticos a todos os locais de interesse turístico do aspecto cultural, histórico, natural, gastronômico de entretenimento do território abrangido nessa rota, as lagoas, rios, lagos, cascatas, morros, matas, florestas, as reservas e parques ambientais, as obras incluídas no Patrimônio Histórico, Material e Cultural em âmbito nacional e estadual. Essa Estrada Parque é uma Área de Proteção Ambiental, APA, criada em 2000 e compreende um trecho de quarenta e dois quilômetros contínuos da estrada entre os municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. É uma região que ao longo dos anos

ocupa cada vez mais destaque e espaço para o turismo ambiental e de base, uma vez que conta com forte presença de pequenos proprietários, além de região de remanescentes de quilombolas. A região é reconhecidamente uma importante área de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal e essa posição possibilita a diversidade de espécies de animais e da flora, além da presença do rio Aquidauana, formando um cenário emoldurado pela Serra de Maracaju, com a presença do Morro do Chapéu, Morro Azul e o Morro do Paxixi. Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando adoção de medidas para fortalecer o cumprimento das Leis estaduais nºs 969 de 2016, 5202 de 2018 e 5.539/2020, nas escolas da Rede Estadual de Ensino, com a realização de ações educativas, palestras, debates e atividades pedagógicas, voltadas à prevenção da violência contra a mulher e ao enfrentamento de discursos misóginos entre os jovens. Estudos recentes têm apontado um fenômeno preocupante como o crescimento de percepções e comportamentos machistas entre jovens, impulsionados em parte pela circulação de conteúdos misóginos na redes sociais e pela popularização de discursos conhecidos como *redpill* que reforçam estereótipos de gênero, desinformação e hostilidade contra mulheres. Diante desse cenário, torna-se ainda mais importante que o ambiente escolar atue como espaço de formação cidadã, promovendo valores de respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência. Por último, uma indicação deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando medidas urgentes, para que seja recuperada a pavimentação asfáltica da MS-162, que liga a área urbana de Sidrolândia ao distrito de Quebra Coco. Os moradores da região buscaram nosso mandato, tendo em vista as condições precárias em que se encontra a pavimentação da rodovia MS-162 no referido trecho, com buracos, desgaste do asfalto e pontos de deterioração que vêm comprometendo a segurança de motoristas, motociclistas e demais usuários que trafegam diariamente pela via. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido colendo plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, um cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), solicitando a construção de uma nova ponte para atender os moradores da região do Barro Preto, localizada na Comunidade Furnas do Dionísio, visando garantir segurança e melhor acesso à população. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela senhora Declair Santana e pelo senhor Edgar Santos. A situação tem causado grandes transtornos à população local, prejudicando o deslocamento para o trabalho, o transporte de mantimentos, o acesso a serviços essenciais, além de afetar diretamente as crianças da região que estão enfrentando dificuldades para frequentar a escola, já que a falta de uma ponte em condições adequadas impede a passagem segura, comprometendo o direito à

educação. Diante disso a construção de uma nova ponte é de extrema importância e irá garantir segurança, acesso digno e melhores condições de vida para todos os moradores da comunidade. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Neiva Pinheiro Veiga e ao senhor Celso Maciel Veiga, idealizadores e fundadores do Jornal "O Liberal", pelos trinta e três anos de atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, consolidando-se como um dos principais veículos de informação do Cone Sul do nosso estado. Essa moção deve ser encaminhada aos meus dois grandes amigos, Neiva e Celso, pelo trabalho brilhante de imprensa que fazem no Cone Sul de Mato Grosso do Sul, sendo referência para o estado. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao doutor Romão Avila Milhan Junior, uma pessoa que enaltece e engrandece o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pela recondução como procurador-geral de justiça, para o biênio 2026 - 2028, no dia 20 de Março de 2023. Eu gostaria que essa moção fosse feita pela Casa e que Vossa Excelência assinasse comigo. Senhor presidente, são essas minhas considerações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos fazer pela Casa, deputado. Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu tenho uma indicação, mas antes de fazer a leitura da minha indicação gostaria de pedir pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, há alguns dias, eu vi através da mídia uma fala do governador Eduardo Riedel dizendo que nas eleições deste ano apoia qualquer um, menos o presidente Lula. Isso me fez entender que ele apoia até um poste contra o Lula. Agora, no domingo, durante a vinda do presidente Lula, vi o governador com muita sensibilidade pedindo ao presidente Lula para liberar dinheiro, porque ele precisa fazer caixa e pagar salário. Achei muito estranho, Paulo. Primeiro que não é próprio do governador ser agressivo, intolerante e dizer que apoia qualquer um contra o Lula. Ele deu essa entrevista, talvez para agradar o bolsonarismo mais radical, mas do outro lado, pediu empréstimo. Foi aí que eu juntei as duas matérias e mandei para Brasília, para todos os ministros do Lula, para a Casa Civil e para a assessoria do Lula. Cabe o juízo final ao Governo ver o que fará com relação ao empréstimo. Claro que eu sei que o Governo do Estado não tem dinheiro para nada, que está atrasando tudo, que há um risco enorme de voltar à situação de 1998, quando eu assumi, quando o Estado sequer pagava salário.

Esse é o risco! O governador tem que ter mais equilíbrio para evitar tamanha animosidade, mas eu espero poder contribuir com isso. A segunda questão de ordem, senhor presidente, é que o Sindicato dos Servidores da Assembleia está aqui, reivindicando uma reunião com Vossa Excelência. Como eu sei que o senhor é um democrata, vamos fazer uma reunião com o sindicato para negociar, a Mesa Diretora e o sindicato dos servidores desta Casa. Vossa Excelência que é um homem que tem poder e influência pode abrir uma negociação no sentido de dar apoio, principalmente aos aposentados que não aguentam mais procurar esta Casa. É impossível que o Governo Riedel não tenha sensibilidade de atender àqueles que já deram uma enorme contribuição ao longo da vida para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Eu encerro, senhor presidente, conclamando a sensibilidade do coração generoso de Vossa Excelência para que receba o Sindicato da Casa e influencie através da sua força política para que o Governo do Riedel responda.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para responder a vossa questão de ordem, deputado, esta presidência, com tranquilidade faz parte da Mesa Diretora que mais vezes atendeu o sindicato, assim como é a que mais fez mudanças nos últimos vinte anos em favor dos servidores desta Casa, inclusive com plano de salário, com auxílios, com benefícios, e jamais, como um bom democrata, eu deixaria de atender. Eu estava aguardando o posicionamento do Governo porque RGA é uma decisão estratégica do Poder Executivo e não do nosso Poder, mas com isso decidido a reunião vai acontecer. E se eu não estiver enganado, a presidente do sindicato já deve ter recebido o chamado para a reunião enquanto o senhor está falando aí.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência é um homem generoso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Apreendi com o senhor, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu já estive três vezes na Assembleia, não estou falando para elogiar, mas Vossa Excelência é, de fato, um homem sensível, generoso, faz um grande mandato à frente desta Casa e tenho certeza que vai atender os nossos servidores.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado Zeca. Eu gostaria de pedir ao presidente Gerson, que é um democrata e vai atender, com certeza, até porque a Mesa Diretora está muito ligada nisso. Eu quero voltar no primeiro assunto e apelar para a vossa sensibilidade, porque no momento que ele disse uma coisa dessa, de repente estava pressionado, mas o senhor conhece bem o governador Eduardo Riedel e sabe que não é do seu feitio falar isso. E sem desautorizar o que ele falou, eu acho que o primeiro interesse é do estado. Eu gostaria de pedir a sua ajuda, até pela sua estreita amizade com o presidente Lula.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Na Semana Santa eu vou para Brasília, vou tentar falar com o presidente Lula e reiterar o convite para vir aqui na Itamarati, no dia

10 de abril, entregar três mil títulos da reforma agrária e anunciar a aquisição definitiva da comunidade quilombola da Picadinha. Ontem, depois da conversa que tive com o presidente Lula, pedi para agendar, e o que eu puder fazer, vou fazer. Mas eu percebi que essa fala machucou o presidente Lula, mesmo porque ele é um homem sensível. Na verdade, temos que reconhecer que foi uma agressão dizer que apoiaria qualquer um, até mesmo um bicho, contra ele, e que foi uma fala inconveniente, mas eu vou ajudar.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Só para comunicar, já que o senhor foi coautor, não esteve comigo na entrega, mas ficou combinado que a pavimentação de um trecho de sessenta quilômetros da estrada da Ingazeira ficará a cargo do governador Eduardo Riedel e o presidente Santiago Peña fará a ponte sobre o rio Apa, ligando Concepción a Porto Murtinho, uma estrada importantíssima para o Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu não estive com Vossa Excelência na entrega do título ao presidente paraguaio, porque naquele exato momento eu, Pedro Kemp e Gleice, que é a nossa líder, estávamos com o nosso grupo conversando com o presidente Lula. Na oportunidade, o presidente Peña foi conversar com o presidente Lula, que pediu para eu dialogar em guarani, pois sou poliglota, falo guarani, espanhol e a língua terena, e conversei em guarani para o Lula perceber a minha conversa com o presidente do Paraguai. Estou aqui para ajudar.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Muito obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Concessionária Motiva Pantanal, Nelson Soares Neto, com cópia ao supervisor do escritório de fiscalização da ANTT aqui no estado, solicitando a realização de serviço de recuperação da pista da rodovia 163, entre Dourados e Caarapó. Justificativa anexa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização de recapeamento asfáltico na MS-475, rodovia Delso Alves Benedito, no trecho compreendido entre o município de Novo Horizonte do Sul e o entroncamento com a rodovia MS-141, tendo em vista que o trecho apresenta problemas estruturais no pavimento, comprometendo a segurança dos usuários. Esse pedido vem da população de Novo Horizonte do Sul. Essa rodovia leva o nome do Delson, irmão do ex-prefeito Marcílio, nome que foi colocado através

de um projeto de lei aprovado nesta Casa, sendo essa a única rodovia de acesso a Novo Horizonte do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui hoje apresentar uma moção de protesto sobre os relatos recentemente divulgados pela imprensa acerca da denúncia de assédio sexual e moral, envolvendo alunas do curso de formação da Polícia Civil em aulas ministradas na Academia de Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul (Acadepol). Esse fato causa profunda indignação e merece o firme repúdio por parte desta Casa Legislativa, por se tratar de fatos de extrema gravidade que, se confirmados, revelam condutas absolutamente incompatíveis com o ambiente institucional de formação profissional e com os princípios éticos, democráticos e republicanos que devem orientar a atuação de agentes públicos incumbidos da defesa, da legalidade e da proteção da sociedade. A gravidade das denúncias se acentua diante do contexto social mais amplo de persistência de violência de gênero no Brasil e no Mato Grosso do Sul. O crescimento dos índices de feminicídio e de outras formas de violência contra as mulheres evidenciam que ainda subsistem práticas estruturais de desigualdade, silenciamento e intimidação, inclusive em espaços que deveriam ser pautados pelo respeito, pela proteção e pela promoção da dignidade humana. Nessa perspectiva, toda denúncia de assédio sexual e moral em ambiente institucional deve ser recebida com a máxima seriedade, especialmente quando envolve mulheres em processo de formação para o exercício das funções públicas estratégicas. Eu estou falando aqui do caso que envolve o ex-vereador Wellington de Oliveira, que estava ministrando aulas na Academia de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul e foi denunciado por assédio moral e sexual por parte das alunas. O indivíduo, depois de ter sido denunciado por colocar mulheres em risco, teve como mérito as suas férias, mas a gente exige que esse caso seja investigado e que sejam tomadas providências imediatas. É por isso, deputado Caravina, que nós apresentamos há algum tempo, aqui na Assembleia, um projeto de lei que obriga a capacitação e formação de quem trabalha no serviço público, justamente para que esse tipo de assédio e de violência às mulheres que trabalham dentro do espaço público seja evitado. Infelizmente o nosso projeto foi considerado inconstitucional e aí está a situação que a gente vivencia hoje, ou seja, é inconstitucional formar homens que respeitem as mulheres. Então eu acho que é preciso rever essas situações. Eu quero também apresentar uma moção de apoio às vítimas do ex-vereador Wellington de Oliveira, que cometeu crime de assédio sexual contra essas mulheres e por algumas vezes disse a elas para não denunciar porque ele estava bem resguardado politicamente. Nós não podemos aceitar esse tipo de situação de resguardo político-institucional a homens que estão violentando mulheres. Quero chamar atenção porque o Mato Grosso do Sul tem sido uma vergonha nacional com relação aos crimes de violência contra as mulheres. Eu demorei muito para falar sobre isso, mas quero dizer que a violência contra as mulheres é cometida por homens, não todos, mas aqueles que silenciam também são responsáveis por isso. Esta Casa é formada por uma maioria de homens; o espaço da política, o espaço institucional é formado

por uma maioria de homens, portanto, a gente tem apresentado projetos de lei, tem apresentado políticas, mas se os homens não tomarem posição, a vergonha é deles, a culpa não é das mulheres. Nós não vamos assumir qualquer responsabilidade com relação a isso. Elas estão denunciando, mas enquanto não houver uma mudança estrutural drástica, nós vamos enfrentar esse tipo de relato. Então, eu estou apresentando uma moção de protesto contra esse indivíduo e uma moção de apoio às mulheres que são vítimas da violência cometida por ele, no Estado de Mato Grosso do Sul. Tenho também uma indicação verbal ao governador Eduardo Riedel. O presidente Lula já conseguiu garantir desconto no diesel para que não haja inflação no país e é necessário que os governos estaduais também assumam a sua responsabilidade. Faço aqui uma indicação ao governador Eduardo Riedel, solicitando a retirada do ICMS do diesel aqui no estado, garantia de condição de trabalho para os trabalhadores autônomos caminhoneiros e para toda a população, porque com essa redução a gente consegue garantir que não haja inflação nos alimentos. O governador Eduardo Riedel garantiu isenção fiscal para grandes empresas e agora é preciso fazer um gesto para os trabalhadores, para as pessoas mais pobres e mostrar que este Estado pensa de forma igualitária, porque senão a gente vai continuar dizendo que ele não trabalha para os pobres, somente para os ricos. Portanto, está na hora de mostrar, efetivamente, uma política que atenda os trabalhadores e o povo do Mato Grosso do Sul. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, se for para comentar, vou pedir para Vossa Excelência acelerar.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, a CCJR foi citada e eu quero fazer uma defesa com relação à constitucionalidade. A deputada comentou que o projeto dela não pôde tramitar e que o mesmo foi declarado inconstitucional, mas é preciso lembrar que a CCJR não analisa o mérito do projeto. Tem inúmeros projetos que são bons no mérito, inclusive a gente destaca isso nas sessões, mas acabam sendo rejeitados, porque nosso papel é julgar a constitucionalidade, o vício de iniciativa, e esse é o motivo de serem rejeitados. Com relação ao delegado, o assunto é grave, tem que ser apurado, mas pré-julgar, pré-condenar antes de uma apuração exige cuidado. Uma moção de repúdio desta Casa é um ato forte, eu não estou dizendo que não merece reprimenda, mas a partir do momento que seja provado que efetivamente o fato aconteceu. Não estou saindo em defesa de ninguém, é que tenho muita preocupação com pré-julgamento e pré-condenação. Só isso, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, imprensa, a quem prestigia a nossa Sessão e a quem nos assiste pela TV e Rádio Assembleia. Eu faço uso do Pequeno Expediente para reforçar o convite aos deputados, em especial aos parlamentares que fazem parte da Comissão de

Acompanhamento da Concessão da BR-163, deputados Caravina, Pedrossian Neto, Roberto Hashioka, Pedro Kemp e Mara Caseiro, para a reunião com a Motiva Pantanal, amanhã, às quatorze horas, na sala da presidência. Na oportunidade, estarão presentes o diretor-presidente e seis diretores para tratar de uma prestação de contas com relação ao período do primeiro trimestre, quando iniciou a nova concessão da BR-163. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alexandre Ribeiro Mota, presidente, e ao senhor Mário Rosa da Silva, superintendente da Fundação Nacional de Saúde, solicitando a perfuração de um poço semiartesiano, bem como a instalação de uma caixa d'água com capacidade para quinze mil litros, no residencial Aracuã, localizado na região da Barranqueira, no município de Coxim. O presente pleito encontra amparo na solicitação apresentada pelas vereadoras Adriana Naban e Lúcia da AVC, da Câmara Municipal de Coxim, encaminhada ao gabinete por meio da Indicação nº 22026 anexo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Gezmar Ferreira Borges Júnior, chefe da Divisão Regional da Perícia Médica Federal de Campo Grande, solicitando apoio para a transferência do perito médico do INSS com o objetivo de atuar na Agência de Previdência Social de Três Lagoas. A presente indicação atende à solicitação da vereadora Evalda Reis, da Câmara Municipal de Três Lagoas, formalizada por meio de ofício anexo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando a adoção de medidas necessárias para viabilizar serviços de infraestrutura elétrica com a extensão de rede e a instalação de postos com luminárias de LED na Alameda Valentim Kretser, localidade que dá acesso a diversas propriedades no município de Nioaque. Esse pedido atende à solicitação do vereador Jorge Fernandes Lemes, conforme ofício e requerimento anexos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), senhor Rudi Fiorese, solicitando a cessão do espaço da quadra e do campo de futebol sete, existentes no pátio da referida agência, no município de Costa Rica, para utilização pela Associação Esportiva e Recreativa Projeto Cachoeira. A presente indicação atende à solicitação do vereador Ailton Martins de Amorim, da Câmara Municipal de Costa Rica, encaminhada a este gabinete parlamentar, por meio da Indicação nº 4626, devidamente lida e aprovada naquela Casa de Leis, conforme documentos anexos. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Registramos e agradecemos a presença do senhor Valdeci Fernandes, vereador do município de Ponta Porã; da Evelyn Abelha, presidente do Sindicato de Servidores da Assembleia Legislativa.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero fazer aqui uma indicação e uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as

disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Ridel, governador do estado, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, ao comandante-geral da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, coronel PM Renato dos Anjos Garnes, solicitando a adoção de providências, visando à viabilização de recursos para a construção da sede da companhia da Polícia Militar, no município de Mundo Novo. A presente indicação tem por objetivo atender importante demanda relacionada ao fortalecimento da segurança pública do município de Mundo Novo, localizado na região sul do estado e em área estratégica próxima à fronteira internacional. Conforme o projeto apresentado pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública do referido município, a construção de uma sede própria para a Companhia da Polícia Militar, é essencial para garantir melhores condições estruturais e operacionais às atividades empenhadas pela corporação no município. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Jornal Liberal do município de Mundo Novo, pela passagem e seus trinta e três anos da fundação, celebrados em 23 de março 2026. Se aprovada, a moção deverá ser escrita nos seguintes termos. "A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, por intermédio deputado estadual Lidio Lopes e por meio da presente moção, presta justa homenagem ao jornal O Liberal, pela expressiva marca de trinta e três anos de circulação ininterrupta, consolidando-se como um dos mais respeitados veículos de comunicação da região do Cone Sul do estado. Ao longo de sua trajetória, o jornal firmou-se como um importante instrumento de informação e de fortalecimento da cidadania, desempenhando papel essencial na divulgação de notícias, na valorização das pautas regionais e na promoção do debate público qualificado. Sua atuação contribui diretamente para o desenvolvimento social, político e econômico dos municípios da região, dando voz à população e visibilidade às demandas locais. Em um cenário de constantes transformações no campo da comunicação, O Liberal demonstra resiliência e compromisso ao se manter ativo e relevante, acompanhando a evolução dos meios de informação sem abdicar dos princípios éticos que regem o bom jornalismo. Cabe-me destacar o empenho de todos os profissionais que ao longo dessas mais de três décadas contribuíram para a construção dessa história pautada pela credibilidade e responsabilidade, dedicação à verdade dos fatos. Dessa forma, esta Casa de Leis reconhece e enaltece a importância do jornal O Liberal, reafirmando o seu papel como parceiro da sociedade sul-mato-grossense na difusão da informação e no fortalecimento da democracia. Diante do exposto, solicitamos o envio da presente moção como forma de reconhecimento e incentivo à continuidade desse relevante de trabalho. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado do Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson, colegas parlamentares, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes,

com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Marcelo Miglioli, solicitando providências para a manutenção da piscina do Parque Ayrton Senna, localizado no Conjunto Aero Rancho, que se encontra sem condições de uso, objetivando a retomada das atividades esportivas e recreativas no parque. Essa reivindicação chegou até o nosso gabinete através das lideranças daquela região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada solicitação para o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 26 de março, pelo senhor Santiago Belacqua. A presente solicitação alicerça-se na ilustre visita do pintor contemporâneo português, Santiago Belacqua, que participará da COP15 entre 23 e 29 de março. O Mato Grosso do Sul foi escolhido para sediar essa conferência pela importância do Pantanal que é a maior área alagada do mundo que serve de parada para descanso e alimentação de uma grande variedade de aves em trajetos médios ou longos de migração. Anexado ao presente requerimento está o ofício da Academia Feminina de Letras e Artes de Mato Grosso do Sul, da lavra da sua presidente, Delasn timer Miranda Daspet de Souza. Gostaria que Vossa Excelência incluísse na Ordem do Dia de hoje, levando em consideração que esse pintor internacional esteve no Vaticano, expondo essas peças, e agora está visitando o nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença, neste Plenário, do senhor Elis José Rodrigues, vereador do município de Naviraí. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados. Eu tenho algumas indicações, mas antes quero registrar e agradecer a presença do vereador Dutti, do município de Miranda, lembrando que o pai dele foi o melhor pescador que eu já conheci, uma grande figura. Que Deus o tenha. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, em reconhecimento a sua eleição para presidência do Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto Sobre Bens e Serviços, com mandato até Março de 2027. Justificativa: trata-se de um reconhecimento de grande relevância institucional, que projeta Mato Grosso do Sul no cenário nacional da Reforma Tributária e evidencia a confiança depositada em sua capacidade de liderança em um tema estratégico, a programatização de um novo sistema tributário brasileiro. Diante disso, esta Assembleia Legislativa registra os seus cumprimentos ao secretário Flávio César, desejando-lhe pleno êxito no exercício da presidência do Comitê Gestor. É muito importante comentar sobre esse tema porque não é nada trivial em toda a história do Estado de Mato Grosso do Sul um secretário de Estado de Fazenda ocupar um cargo de tamanha relevância como o Comitê Gestor do IBS, mas o Flávio César com sua capacidade, sua liderança, sua inteligência e equilíbrio, conseguiu projetar o Mato Grosso do Sul em caráter nacional, sendo um dos líderes dessa discussão sobre a Reforma Tributária. Vale lembrar que o IBS agora está sendo organizado em caráter subnacional, acima dos estados, o que é uma imensa responsabilidade e não é pouca coisa isso que nós conquistamos. Parabéns ao secretário Flávio César! Além disso, senhor presidente, eu trago uma indicação. Observadas as

disposições regimentais e após ouvido douto Plenário, indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor da Agesul, solicitando a realização de serviço de recapeamento da rodovia MS-240 em toda a sua extensão, com a especial atenção ao trecho que atende o município de Inocência. Justificativa: a presente indicação atende à solicitação apresentada pelo vereador João Maria Ladeia, nosso grande amigo. A rodovia MS-240 possui grande relevância para a mobilidade regional, sendo utilizada diariamente por moradores, trabalhadores, produtores rurais e transportadores que dependem da via para deslocamento e escoamento da produção, entretanto as atuais condições de pavimento têm gerado dificuldades de tráfego, tornando necessária a realização de recapeamento asfáltico ao longo de toda a extensão da rodovia. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento de Francisco José de Carvalho Neto, carinhosamente conhecido como Chico Carvalho, ocorrido em 13 de Março de 2026, na cidade de Barretos, aos oitenta e quatro anos. Justificativa: Francisco José de Carvalho Neto, conhecido como Chico Carvalho, era natural de Uberaba, Minas Gerais, e foi um dos nomes mais relevantes da pecuária brasileira, com uma trajetória marcada pela dedicação ao campo, tradição familiar e contribuição decisiva ao desenvolvimento da raça Nelore no Brasil. Ainda jovem, participou das históricas importações de gado Zebu da Índia, realizado em 1962, missão na qual permaneceu por nove meses, selecionando animais que viriam a formar uma importante base genética no agro nacional. Homem de notável dedicação, Francisco José de Carvalho construiu uma trajetória de respeito e seriedade com relevantes serviços prestados à agropecuária, tornando-se referência para criadores e admiradores da pecuária brasileira. A sua partida representa uma perda sensível para os seus familiares, amigos e para todos aqueles que reconhecem a grandeza da sua contribuição, formação e fortalecimento da pecuária nacional. Chico Carvalho além de ser um grande amigo da minha família, do meu avô Pedro Pedrossian, foi um professor de gado Nelore para muitas gerações, inclusive do meu pai que é um nelorista. Sem dúvida essa é uma perda muito grande para a pecuária nacional, especialmente para o Mato Grosso do Sul. Então, deixo aqui a nossa moção de pesar e que Deus possa confortar os seus familiares. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, já foi aprovada aqui uma moção nesse sentido, do deputado Zé Teixeira. Em Murtinho ele era conhecido como Chico Ventania. Passo a presidência para o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Primeiramente quero dizer que é muito importante a participação da Comissão da Concessão da BR-163 na apresentação que será feita pela concessionária na sala de audiência da presidência, assim como da

Energisa, trabalho conduzido pela Frente Parlamentar juntamente com o deputado Caravina e Junior Mochi. Então, teremos duas audiências importantes aqui neste Plenário. A deputada Gleice falou pela ordem, mas tenho muita preocupação com soluções milagrosas. Em 2022, quando nós tivemos a pandemia, na época do presidente Bolsonaro, o pessoal da Fazenda apresentou como solução milagrosa tirar o dinheiro de receita dos estados para resolver o problema de receita ou de carestia de combustível, mas os governadores, não só o governador de Mato Grosso do Sul, têm que ter o mínimo de responsabilidade, porque nós já temos orçamento aprovado. Eu já vi a imprensa falando que bastava o Governo tirar o ICMS do diesel, mas é importante a gente apresentar as contas, porque tirar o ICMS do diesel no Mato Grosso do Sul representa dois bilhões e meio de receita, representa não pagar o décimo terceiro dos servidores, representa não dar a revisão geral anual dos servidores e não tem espaço fiscal, além disso o Governo não pode fazer isso, é diferente. O artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal impede que o Governo faça a isenção, especialmente em ano eleitoral, não é renúncia fiscal daquilo que já está constituído, não pode confundir benefício fiscal, que é dado para as empresas, o MS Empreendedor, por sinal uma lei construída e muito bem organizada no governo Zeca, que foi quando começou a vir grandes empresas para o Mato Grosso do Sul. Então, quando você deixa para vir empresa, deixa de receber. Isso não é renúncia, você não tem dinheiro. Agora o ICMS pertence aos municípios, já está estabelecido, já tem a previsão da receita para pagar as despesas do Governo, inclusive os servidores. Se o Governo abrir mão de dois bilhões e meio, o governador, deputado Paulo Duarte, tem que indicar como é que ele vai repor esse dinheiro. Então, é importante que esta Casa pare... Nós queremos que o governador faça isenção para resolver o problema do preço do diesel por causa dessa guerra doida lá do Irã, do Trump? É fácil? É só tirar o ICMS? Beleza, tira os dois milhões do ICMS, mas vamos nos reunir aqui e mostrar para o governador onde é que ele põe dois bilhões no caixa para pagar o servidor, para pagar o décimo terceiro, ou então tira o ICMS do gás, tira o ICMS do arroz, do feijão, tira todos o ICMS... Mas como é que o Governo vai pagar as contas? Então, é importante termos responsabilidade, mesmo porque essas soluções mágicas e às vezes eleitoreiras não resolvem o problema da administração. O sindicato está aqui discutindo uma melhoria, nós temos concurso domingo, precisamos ter dinheiro para colocar o servidor para dentro, para pagar a folha, para dar um RGA melhor, para dar um auxílio melhor, agora não é com a solução de tirar receita que será resolvido. Portanto, não se deve confundir renúncia de uma futura receita para vir uma empresa, com tirar a receita que já está estabelecida. Então, eu sou absolutamente contra, a não ser que o Governo Federal ou quem quiser, apresente uma solução mágica para melhorar a questão do diesel e mostre onde vai pôr o dinheiro. Agora, se for para tirar dois bilhões do Governo e deixar o servidor sem décimo terceiro, não contem com o meu apoio. Só isso. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela liderança, eu gostaria fazer apenas uma complementação na fala do deputado Gerson. Quem analisou o balanço da Petrobras do ano passado, sabe que essa empresa estatal teve, no ano passado, cento e dez bilhões de reais de lucro líquido, e apenas no último trimestre foram quinze bilhões de reais. Ora, uma empresa como essa tem colchão financeiro suficiente para amortecer eventuais choques do petróleo e os seus impactos diretos no diesel. Para que serve uma estatal de petróleo senão para amortecer problemas que vêm de fora? Aliás, a Petrobras, criada por Getúlio Vargas na década de 1950, nasceu exclusivamente para dar segurança energética para o país, agora tem-se uma visão de que a Petrobras tem que remunerar apenas acionistas e se tem problemas lá fora, repassa imediatamente para cá. O Governo Federal tem condição de mexer nesse assunto, o que não pode é colocar o problema no colo dos governadores. Ora, se o Governo do Estado fizer essa renúncia fiscal, e é até bom que possa fazê-lo, contanto que haja algum tipo de compensação do Governo Federal aos estados que não podem pagar essa conta sozinhos. Então, eu sou favorável à redução do ICMS do diesel, desde que haja a contrapartida do Governo Federal para um problema que eles estão dando causa, porque a Petrobras tem condição de resolver esse problema. Não dá para fazer proselitismo, jogar o problema no colo dos governadores, quando quem está dando causa ao problema é o Governo Federal que não tem estratégia.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, eu fico muito feliz de ver esta Casa debater um tema desse em alto nível, mas não poderia me furtar de lembrar que foi esse Governo, que está aí há doze anos, que aumentou o ICMS dos combustíveis, que aumentou o Fundersul, que aumentou o ICMS da nossa conta de energia elétrica, que tirou o salário dos professores e promoveu uma redução. Foi esse Governo que pegou a continuidade do governo anterior com três bilhões em caixa, dizendo que tinha recursos para terminar todas as obras que até agora não foram finalizadas. Foi esse Governo que lançou um MS Ativo 1 e teve a coragem, sem concluir 30%, 40%, de lançar a picaretagem do MS Ativo 2, dependendo exclusivamente de um dinheiro que agora mendiga do Governo Federal. Foi esse Governo que pegou uma renúncia fiscal de receita, senhor presidente, de praticamente três ou quatro bilhões, e passou agora para doze bilhões de reais e treze na projeção do ano consecutivo, sem explicar para esta Casa, tendo a coragem, nas ações judiciais que nós impetramos, de dizer que não vai entregar as informações. Como que esta Casa vai discutir? Como é que esta Casa vai dizer que cada um de Vossas Excelências, líder do Governo, oposição, está dizendo é verdade, se não dá os dados básicos? Como que esta Casa vai poder debater a situação fiscal do Governo que dá calote nos depósitos judiciais, e o que deve dele já torna praticamente insolvente? Como que esta Casa vai debater o déficit previdenciário, sem que haja uma amortização legal? Essa é a realidade. Então, acho importante esses temas chagarem ao Plenário para que tenhamos condições de debater em alto nível se o Governo fornecer as informações,

apontar quem é o responsável e quem tem que dar satisfação aos parlamentares. Parabéns a todos que se interessaram pelo tema.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, agradecendo a generosidade de Vossa Excelência, quero chamar atenção com todo carinho e respeito que eu tenho ao líder do Governo, deputado Londres, e ao vice-líder, deputado Pedrossian Neto, meu parente. Eu fiz uma conta rápida, sou bancário aposentado, e digo afirmativamente que cheguei à conclusão de que se o Governo do presidente Lula não tiver solidariedade para o enfrentamento da crise decorrente da guerra do Oriente Médio, culpa do governo americano, não tem como liberar o empréstimo de dois, três bilhões que o Governo Riedel está pedindo. Essa é a informação depois que fiz meus cálculos como bancário, inclusive já estou encaminhando essa informação para o gabinete do presidente Lula. Se não tiver solidariedade, não terá empréstimo. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, eu fiquei aqui ouvindo os debates... Como o período eleitoral faz transformações né? A extrema-direita e a extrema-esquerda estão se unindo em desfavor do Governo Estadual para defender a mesma pauta, zerar o ICMS do combustível. Com o período eleitoral chegando, é comum isso acontecer. Só queria fazer essa observação. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero me posicionar. Não sou nenhum extremista, mas fui governador por oito anos, aliás, período em que nós tiramos este estado do buraco que tinha sido colocado. Eu posso dizer, com a maior tranquilidade, a partir da minha experiência como bancário, como deputado federal, como ex-governador, que se o Governo Lula não tiver solidariedade com o Governo do Estado no enfrentamento dessa crise brutal da guerra do Oriente Médio, não terá como liberar o empréstimo que o governador Riedel, com muito carinho, solicitou ao presidente Lula. É isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 00606/2026, 00605/2026, 00604/2026, 00603/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00619/2026). De autoria do deputado João Henrique: dois requerimentos (Prot. nºs 00624/2026, 00634/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00596/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00597/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: dois requerimentos (Prot. nºs 00631/2026, 00654/2026); uma moção de apoio (Prot. nº 00648/2026); uma moção de protesto (Prot. nº 00650/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: oito indicações (Prot. nºs 00630/2026, 00629/2026, 00628/2026, 00627/2026, 00626/2026, 00623/2026, 00622/2026, 00621/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 00616/2026, 00617/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00613/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00614/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 00638/2026, 00642/2026, 00640/2026, 00639/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00625/2026); uma moção de congratulação (Prot. nºs 00637/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 0641/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00633/2026, 00632/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 00645/2026, 00649/2026, 00646/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00644/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 0643/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00615/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pela ordem, o deputado professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, do vereador Valdecir, de Ponta Porã.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu fui mencionado, ainda que indiretamente, pelo deputado Caravina em razão do período eleitoral. Quero apenas fazer um registro porque talvez ele não saiba, até porque ele não estava aqui no meu primeiro mandato: eu tenho a minha independência e a minha contundência na defesa dos meus valores, e os defendo aqui desde o primeiro dia do meu mandato. Ele é testemunha disso desde o momento que entrou nesta Casa. Então, eu continuo sempre defendendo os mesmos valores, a questão é que parece-me que agora a oposição ao governador Eduardo Riedel realmente aumentou. Eu fico feliz de ver quando as pessoas voltam atrás daquilo que anunciavam, a exemplo da votação do conselheiro do Tribunal de Contas que veio aqui e me maravilha entender os argumentos que o Governo do Estado utilizou para que pudesse

ter a unanimidade dos votos, menos o do deputado João Henrique Catan. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka, que disporá de sete minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems, senhoras e senhores. Quero aqui registrar também a presença da Elisa e do meu amigo Bernardo Tiban, diretor da TV Nikei, que recentemente completou trinta anos de trabalho, divulgando toda a relação nipo-brasileira aqui no nosso estado. Em nome da Evelyn Delgado Abelha, cumprimento todos os funcionários ativos e inativos da Assembleia, que estão nessa pauta de justa reivindicação, tentando melhorar os ganhos da categoria. Senhor presidente, o que me traz nesta tribuna é a colocação que recentemente eu havia feito a respeito da ligação do Mato Grosso do Sul com o Estado da Paraná. Ainda no sábado passado, eu acompanhei o governador Eduardo Riedel, o ex-governador Reinaldo Azambuja, o secretário Rodrigo Perez e o Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, até o Porto São José, no município de São Pedro, no Paraná. Na oportunidade nos encontramos com o governador Ratinho Junior, que nos apresentou o anteprojeto da ponte sobre o rio Paraná, uma transposição importante para o nosso estado e para o Brasil. O governador Ratinho, através do DR do Paraná, com recursos da Itaipu Binacional, fez o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Eveteia) e com a mobilização da Associação Comercial e Industrial de Maringá, conseguiu arrecadar mais de um milhão e duzentos mil reais para execução desse projeto, sendo essa ligação muito importante para o nosso Estado, pois beneficiará todos os municípios, desde Taquarussu, passando por Batayporã, Nova Andradina, Ivinhema, a Grande Dourados e também o norte do Estado. A BR-376 inicia na BR-163, ao lado de Dourados, e retoma em Nova Londrina, no Estado do Paraná. Em função dessa paralização, teremos um encurtamento até o Porto de Paranaguá, ao sul do Brasil, lembrando que a rota da BR-376 será alimentadora da Rota Bioceânica, porque estará ligando tanto a BR-163, na direção de Dourados, como também a BR-267, em direção a Casa Verde. Senhor presidente, eu trouxe um vídeo, feito pelo governador do Paraná, e com a sua permissão gostaria de apresentar aqui.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — No sentido de contribuir com o debate. Eu comentava aqui com os colegas que eu vi uma matéria hoje, na internet, criando uma polêmica em torno do local da ponte, na medida em que o local estabelecido previamente passa por uma região de preservação ambiental, de uma APA, ou APP, e que também é

uma região de Mata Atlântica. De acordo com a matéria, o correto seria desviar e fazer pelo município de Batayporã. Procede isso?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Deputado Zeca, muito importante o seu aparte. Só para esclarecimento. Uma obra dessa envergadura envolve o Ministério dos Transportes, o Dnit, os Governos do Estado do Paraná e do Estado de Mato Grosso do Sul, e com certeza terá todas as etapas do licenciamento submetidas à legislação vigente, isso está sendo estudado. Na realidade, é importante dizer que tendo a BR-376 o processo de continuidade, nós teremos o município de Batayporã interligado à BR-376. O governador do estado está determinado a fazer o Eveteia da ligação de Novo Horizonte do Sul em direção a esse eixo da BR-376, o que vai fazer com que a região do Vale do Ivinhema sofra um processo forte de desenvolvimento. O município de Nova Andradina, assim como Batayporã, os dois que estão colocados ali na MS-134, na MS-276, se transformarão em fortes troncos rodoviários ou, como se diz, tecnicamente falando, serão transformados em logísticos estratégicos, ou seja, um ponto central de conexão que entregaria diferentes modais de transporte. É importante frisar que o governador do Paraná fez o compromisso de construir essa ponte de dois mil metros que, além do encurtamento da distância, será um canal de ligação que fortalecerá muito o desenvolvimento entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná, onde temos uma forte exploração turística em Porto São José, em Porto Rico e em Porto Camargo. Do lado do Mato Grosso do Sul, nós teremos acesso às áreas ambientais que serão preservadas, permitindo a exploração turística que é uma indústria limpa, que gera emprego e renda e faz com que o desenvolvimento aconteça. Senhor presidente, com relação a essa obra, tem havido algumas críticas que, de certa forma, acabaram me envolvendo, mas é importante frisar que deputado não executa obra, não faz projeto de engenharia; o nosso papel é articular, defender investimentos e trabalhar para que projetos importantes saiam do papel, porque desenvolvimento e responsabilidade ambiental não são opostos, são compromissos que precisam caminhar juntos. Quero deixar claro que eu sempre trabalhei pela região do Vale do Ivinhema, mas com responsabilidade, com compromisso e com foco no desenvolvimento. Não serei eu, deputado estadual, que farei projetos para agredir ou prejudicar o meio ambiente, mesmo porque isso é competência daqueles que estão aí instalados. O Ministério dos Transportes, o Dnit, a Agesul, aqui no estado, o DR do Paraná, com certeza têm conhecimento e capacidade técnica para desenvolver um projeto dessa envergadura. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo excelente trabalho juntamente com o nosso governador Eduardo Riedel e com o governador Ratinho, em Taquarussu, para que essa ponte possa acontecer. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Projeto de Resolução nº 00001/2026. Autor: deputado Renato Câmara. Institui a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito em homenagem aos rotarianos do Estado de Mato Grosso do Sul. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 00001/2026, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 00010/2026. Autor: deputado Caravina. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Amparo às Crianças de Camapuã - Creche Menino Jesus, com sede e foro no município de Camapuã". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o autor, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Como não poderia ser diferente, declaro o meu voto favorável e destaco a importância da declaração de utilidade pública da Associação de Amparo às Crianças de Camapuã - Creche Menino Jesus, que faz um trabalho importantíssimo na área social e educacional e merece essa utilidade pública estadual para que possa receber recursos e ter mais condições de atender as crianças daquele município. Então, eu peço o voto dos colegas para aprovação desse projeto. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 010/2026, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai Expediente. Item 3. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 195/2025. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Caminho do Imaculado Coração de Maria". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero declarar meu voto favorável e parabenizar o deputado Roberto Hashioka pelo projeto. Eu conheço esse caminho do Imaculado Coração de Maria, acho importante e por isso peço o voto favorável dos colegas também.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Declaração de voto do autor, deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Esse caminho do Imaculada Coração de Maria se inicia em Bataguassu, passando por Anaurilândia, Batayporã, até o Santuário em Nova Andradina. Todos os anos há uma romaria que faz parte da cultura, da religiosidade e envolve todas as comunidades desses municípios. Eu quero agradecer a todos os deputados pelo apoio ao nosso projeto.

Projeto de Lei nº 195/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Item 4.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu queria pedir destaque e votação individual do Requerimento 428/2026, de autoria do deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vamos votar dois requerimentos, vinte indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. A pedido do deputado Caravina, destaque no requerimento apresentado pelo deputado João Henrique, que requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao secretário de Estado de Administração, Frederico Felini, e à instituição financeira Banco do Brasil, solicitando informações. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, com a palavra, o autor, deputado João Henrique, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, colegas parlamentares, líderes, vice-líder do Governo do Estado, temos aqui agora uma grande oportunidade desta Casa mostrar que quer entender, debater e conhecer a verdade. Se esta Casa quer demonstrar a verdade dos números do governo Riedel, é a oportunidade de votar o simples requerimento que o Governo pode responder a jato. Vocês que pagaram uma simples continha semana passada, e têm o comprovante de pagamento, o extrato do banco na mão, no tablet ou na dashboard, podem perceber que temos aqui, em xeque, o atraso do pagamento do repasse dos consignados dos servidores do Mato Grosso do Sul, e temos também a oportunidade de conhecer, desde o início do governo Riedel, a data que descontou e a data que, efetivamente, foi feito o pagamento. Esta Casa teve uma discussão agora sobre arrecadação, pagamento, diesel, se o Governo vai bem ou vai mal, se tem condições. Ora! Chega de varrer as coisas para debaixo do tapete! Que esta Casa seja uma vassoura de transparência e que agora demonstre, com esse requerimento, que não fui eu que pedi o destaque... Percebam que os outros requerimentos foram aprovados, mas esse um requerimento de informações... Esta Casa é a Casa que fiscaliza, é a Casa de Leis, é a Casa que tem que entender. O Banco do Brasil forneceu uma nota dizendo que agora está tudo bem, está tudo pago, e os líderes, os parlamentares vieram aqui deputado Zeca

do PT, a deputada da Gleice, o deputado Lucas, o deputado Londres, e foram — eu quero crer — enganados, iludidos, através de uma nota que disse que nunca aconteceu um atraso, que era uma falha de sistema. Vamos conhecer a verdade! "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", deputado Coronel David, escutamos isso como mantra. Essa é a hora de esta Casa votar esse requerimento que apenas requer transparência. Se o Estado vai bem e não pegou o dinheiro do servidores, votemos favorável, agora é a nossa hora e a nossa oportunidade. Não façam este parlamentar entrar com mais uma ação, ganhar na Justiça e ver o Governo do Estado suplicando no Tribunal de Justiça para não dar a informação. Por favor, colegas, nós estamos em ano eleitoral. Os servidores passaram o final de semana sem dinheiro, foram ao mercado, foram abastecer o carro com o combustível que está caro... Nós não estamos debatendo, não estamos entendendo esse tipo de informação e dados. Acordemos! Levantemos! Eu escutei o presidente da Casa, deputado Gerson Claro, sempre muito sensato, cobrando aqui de todos nós, deputada Gleice, uma solução para que pudesse baixar o preço do diesel, porque o Governo não tem condições, já está assumido que quebrou o Estado. O deputado Zeca fez uma fala que se o Governo Federal não socorrer, o Estado não paga as contas, não entrega obras. Como que nós vamos contrapropor solução, se o Governo barra um simples requerimento que é aprovado, por maioria visual, e faz o pedido de destaque para forçar Vossas Excelências a irem contra os servidores do Estado de Mato Grosso do Sul, e não mostrar simples informações. Colegas deputados, são informações públicas. Eu, se fosse o governador, para acabar com esse deputado que está pedindo essa informação, com essa falácia, apresentaria voluntariamente e pediria destaque para que todos os parlamentares da base votassem sim. Mas sabe o que o Governo vai fazer? "Votem não! Votem contra o acesso à informação! Votem contra o servidor público! Permitam-me sacanear o servidor; permitam-me negar uma vaga na saúde; permitam-me ter acabado com a Cassems; permitam-me colocar a gasolina mais cara, a pauta fiscal mais cara. Eu quero a covardia de vocês, parlamentares: votem não, derrubem o requerimento do deputado João Henrique Catan". É isso que o governador Eduardo está pedindo. Eu estou lendo o plano de governo dele e digo a Vossas Excelências que o melhor plano que ele teria para nos apresentar é o cumprimento do anterior. É isso que vocês querem? Doze, dezesseis anos de governo PSDB, travestido agora de PL. Nós podemos dar aos servidores, aos cidadãos, o acesso à informação que é lei fundamental. Colegas, é uma informação que esta Casa deveria ter dentro do seu gabinete. Machucou as pessoas, elas passaram o final de semana sem dinheiro. Eu só mudei o requerimento anterior porque ele contemplava apenas o Banco do Brasil e apenas aquele mês; agora, esse novo requerimento quer mostrar tudo, vamos entender, vamos ver se em outros meses também o governador Eduardo Riedel não cometeu pedalada fiscal. É simples! Vamos entender porque ele disse que era mentira, os secretários disseram que era fake news do deputado Catan. Colegas, está na mão de cada um de vocês resolver o problema. Ou vocês não têm servidores públicos nos seus gabinetes? Ou vocês não têm eleitores que chegaram no mercado, deputado Zeca do PT, fizeram as suas compras e tiveram que devolver, colocar dentro de uma cesta, humilhados pelo Governo que surrupiou-os. Aqueles que economizaram o mês inteiro, subitamente tiveram o descontado o valor. Eu ouço aqui deputados dizendo que agora é ano eleitoral, mas eu digo que o que existe é o povo. As pessoas já estão entendendo o que foi ter

escolhido esse governador que de gestor não tem nada. As pessoas foram abastecer e tiveram que sair dos postos de combustíveis empurrando seus veículos, como se não bastassem todos os aumentos sucessivos desse governo PSDB. Ora, vamos dar aquilo que é do povo, aquilo que é constitucional, aquilo que é legal, aquilo que é devido. Vejam que não é nada contra o governador, nós não estamos votando a sua cassação, nós não estamos votando uma improbidade, não é uma ação, nós estamos querendo entender se o que ele falou e fez o Banco do Brasil assinar é verdade ou mentira. Então, se votarem não aqui e derrubarem o meu requerimento, é porque é mentira dele. Coloquemos a mão na consciência e votemos pelo que é legal, correto e constitucional. Transparência! Dados públicos são públicos, nós temos a *res pública* a coisa pública, o cuidado com a coisa pública que, nesse caso, é o salário do servidor. Agora a Assembleia fica embretada de fazer, deputada Gleice, porque a Mesa Diretora faz o dever de casa. Como concede um aumento que temos condição de dar e pressiona o Governo a não dar o que ele deveria ao servidor, é por isso que nós não vamos ter aqui na Assembleia, essa é a nossa realidade. Então, nós temos que abrir e mostrar o que o governador fez com o salário dos servidores públicos do Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em discussão...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Para discutir, a deputada Gleice Jane, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu preciso dizer que a base do Governo está fazendo eu vir aqui defender um requerimento do deputado João Henrique Catan. Isso parecia bastante absurdo, visto que o deputado João Henrique sempre derrubou os meus requerimentos. Mas hoje eu preciso dizer que o questionamento que ele faz é brando, tranquilo e não faz o menor sentido a gente não votá-lo. O que o deputado apresenta e nós estamos discutindo aqui é um requerimento de informação sobre o atraso nos pagamentos consignados. O banco nos apresentou uma nota, e talvez a base do Governo até diga que isso já é pauta vencida, mas eu disse aqui outro dia e vou apresentar um novo requerimento solicitando extratos, porque eu quero saber os dias que os consignados foram pagos aos bancos, para a Cassems, que está recebendo com atraso, para a Ageprev, porque lá não pode ter atraso, e também para os sindicatos, porque o recurso que nós estamos solicitando, que nós estamos perguntando, não é conta do Governo, nós estamos falando de dinheiro do servidor. O dinheiro é descontado do salário dos servidores e repassado para os bancos, para Cassems, para a Ageprev, para os sindicatos, e quando o governador não faz o repasse imediatamente após o desconto, ele está fazendo apropriação indébita de recurso dos servidores. Então, eu vou fazer um requerimento para o Governo, solicitando os extratos com as datas de pagamento de cada repasse que está sendo feito para essas instituições. Eu acho que o governador Eduardo Ridel precisa explicar para a população e principalmente para os servidores, sobretudo porque o RGA que ele apresenta aqui hoje está abaixo da inflação e não contempla sequer a inflação para os servidores

públicos. Em contrapartida, os servidores recebem aqui o desagrado de que os seus consignados não estão sendo pagos. Isso é um descaso muito grande com o servidor público e nós não vamos aceitar isso. Portanto, eu venho aqui para fazer a defesa de que esse é um questionamento, um requerimento corriqueiro, tranquilo, necessário, e o governador tem que informar para os servidores públicos a data desses pagamentos para que não haja qualquer tipo de questionamento dos bancos aos servidores. Isso precisa ser transparente. Então, eu venho aqui defender e pedir que a bancada do PT vote sim neste requerimento, e também apresentar um novo, questionando todos outros pagamentos exigidos que o governador Eduardo Riedel seja transparente nos pagamentos. Quero aqui também dizer que nós estamos vendo um Estado quebrado, com dificuldade de dar as condições necessárias para desconto do ICMS, como foi dito aqui, um governador que dá seis bilhões de isenção fiscal para grandes empresas, mas hoje tem dificuldade de garantir dois bilhões para atender a população. Acho que a gente precisa refletir o que significa isso ideologicamente, como é que o Governo pensa essas políticas e para isso é necessário mostrar aqui como estão as contas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em discussão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, não entrando no mérito dos discursos acalorados do período eleitoral e falando tecnicamente, vou declarar o meu voto contrário porque a matéria perdeu o objeto. Nós temos uma nota oficial do Banco do Brasil dizendo que foi um erro técnico e que bom que nós estamos discutindo esse tempo todo um simples atraso de um dia em consignados, que inclusive já foi sanado por um erro técnico. Quando lá atrás a gente discutia atraso de salário de folha de pagamento dos servidores que os governadores não pagavam, isso, sim, era muito sério. Então, a matéria perdeu o objeto porque o requerimento já foi respondido na nota oficial do Banco do Brasil. Obrigado.

DEPUTAO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o autor do requerimento, deputado João Henrique.

DEPUTAO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu quero declarar voto favorável e dizer para o deputado Caravina, não sei se ele leu o novo requerimento, porque o anterior era limitado ao Banco do Brasil e apenas ao mês do desconto, já esse requerimento é limitado ao início do governo Eduardo Riedel e a todos os bancos que promovem repasse de consignado. Então é preciso fazer justiça. Esse é um outro requerimento, diferente, mais

amplo, tanto no aspecto temporal, quanto qualitativo daqueles que promovem o desconto. Era apenas a nossa consideração para declarar o voto favorável.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para justificar o meu voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para justificar o voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero justificar o meu voto favorável ao requerimento e dizer que me causa preocupação e uma profunda estranheza a ausência da bancada governista, a negativa em conceder uma coisa elementar. Acho uma intransigência e uma falta de transparência que corrobora, confirma a preocupação que temos com relação à crise financeira que o Estado vive. Eu tomei iniciativa e pergunto a Vossa Excelência se, do ponto de vista jurídico, é legal fotografar esse mapa, porque eu vou encaminhar à ministra Gleice, à Casa Civil e ao Governo Federal, para dizer o quanto é preocupante o Governo estar pedindo empréstimo se não está conseguindo fazer transparência e já começa a perspectiva real de atrasar salário. Assim sendo, como é que ele vai conseguir pagar um empréstimo de três, quatro bilhões que está sendo reivindicado? Em que pese a boa vontade que eu tenho com o meu estado, onde moro com minhas filhas, meus netos, eu acho que temos que, cada vez mais, nos preocupar com a insegurança que a gente está vivendo e com o risco enorme da falência financeira e administrativa do Mato Grosso do Sul. Obrigado, presidente.

Requerimento nº 00428/2026, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Não.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Não.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são onze votos contrários e quatro votos favoráveis.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Joao Henrique, autor do requerimento.

DEPUTAO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, só para consignar que após a leitura do segundo-secretário, eu já me considero vitorioso por esta Casa ter tido pelo menos onze votos que não quiseram endossar o discurso do governo, porque num cenário normal esse requerimento teria sido aprovado por unanimidade. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, apresentada pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Suleida Silva Leite. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento de Rogélio Vitorino Barreto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA Nº 20 18ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/03/2026**

Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h30min).